

Prefácio

Golpe militar – 50 anos: memória, história e direitos humanos
Clodoaldo Meneguello Cardoso

Como citar: CARDOSO, C. M. Prefácio: Golpe militar – 50 anos: memória, história e direitos humanos. In : VIEIRA, R. D. L. (org.). **Ecos da ditadura na sociedade brasileira (1964-2014)**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p.7-11. DOI: <https://doi.org/10.36311/2014.978-85-7983-573-5.p7-11>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

PREFÁCIO

GOLPE MILITAR – 50 ANOS: MEMÓRIA, HISTÓRIA E DIREITOS HUMANOS

Clodoaldo Meneguello Cardoso

Por muitos e muitos anos ouvimos essa história contada pelos nossos avós desde que éramos pequenos. Hoje somos pais e alguns já são avôs ou avós. Agora entendemos por que eles nos contavam. E por que temos que continuar contando por meio de narrativas, maneira como são repassados os ensinamentos e as histórias do povo Aikewara para nossos filhos e netos.

Ywynuhu Suruí. Folha de São Paulo, 22/09/2014, p. A3

Que história é essa? As palavras de Suruí, índio integrante dos Aikewara do sudoeste do Pará, referem-se aos tempos de violência e terror, sofridos por este povo tupi-guarani, durante o massacre do Araguaia, em que o exército brasileiro da ditadura dizimou os guerrilheiros e espalhou sofrimento e medo nas aldeias indígenas. Sábias palavras porque mostram a importância da memória para identidade e perpetuação de um povo. E sábias porque Suruí descobriu “[...] que para viver na democracia foi preciso lutar e perder tantas vidas.” (p. A3).

As narrativas do passado, alegres ou tristes, modulam nossa identidade, nos ensinam a viver com consciência o presente e a preparar o futuro.

ro. É manter a memória viva para que as lindas histórias nunca se acabem e as tristes, jamais voltem a acontecer. Mas nem todos pensam assim. Os poderosos que causaram o sofrimento injusto procuram apagar ou ocultar o passado para enfraquecer o espírito do povo. Eles sabem que povo sem memória viva é um povo culturalmente frágil. Por isso, o esforço do resgate da memória de tempos sombrios é sempre uma luta de resistência, uma luta de libertação.

Foi este o propósito do *Observatório de Educação em Direitos Humanos* da Unesp (OEDH), ao propor para a comunidade acadêmica uma jornada de atividades em abril de 2014, pela passagem dos 50 anos do golpe de 1964. Unidades da Unesp, em dez cidades, aderiram ao projeto: Araraquara, Assis, Bauru, Botucatu, Ilha Solteira, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro, Registro e São José do Rio Preto. Também foram desenvolvidas atividades em São Paulo, em parceria com o CEDEM – Centro de Memória e Documentação da Unesp, Memorial da Resistência de São Paulo e Memorial da América Latina. Em cada uma delas, organizou-se um evento (ou mais) sobre o tema a partir de suas especificidades acadêmicas ou culturais e, ao mesmo tempo, em sintonia com as propostas articuladas em diversas reuniões preparatórias, coordenadas pelo OEDH-Unesp, com sede no campus de Bauru. Realizar uma jornada de eventos articulados tematicamente foi uma experiência inédita e exitosa na Unesp, uma universidade multicampi.

Pensar o Golpe militar – 50 anos depois, a partir da memória, da história e dos direitos humanos, norteou a organização dos eventos, na jornada de abril/2014. Conferências, mesas, debates, vídeos, rodas de conversas, apresentação de trabalhos acadêmicos e manifestações culturais e artísticas ofereceram subsídios e/ou estimularam reflexões sobre a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985) e sua relação com a realidade dos dias atuais.

* * *

POR QUE MEMÓRIA, HISTÓRIA E DIREITOS HUMANOS?

A memória. Em primeiro lugar, é preciso resgatar a memória das vivências e lembranças daqueles que travaram a luta contra o arbítrio e so-

freram diretamente a repressão violenta do regime. Milhares de brasileiros foram vítimas da ditadura em prisões arbitrárias, torturas, assassinatos, desaparecimentos e exílios. É preciso dar voz para toda essa dor contida em décadas de silêncio. Falar publicamente e dar testemunhos sobre as torturas, desaparecimentos e sobre as perdas de entes queridos expurga o sofrimento tatuado na alma das vítimas e recupera o mínimo de equilíbrio para caminhar na vida. Apesar de triste, manter viva essa memória é condição primeira para que o terrorismo de Estado jamais volte a acontecer. A memória dos fatos, dos sentimentos e das vivências pessoais é o fermento de nossa identidade e o alicerce para a construção de nossos sonhos pessoais e coletivos.

A verdade. Torna-se também imperativo conhecer as verdades históricas desse período, muitas vezes ocultado na educação das novas gerações. E o conhecimento histórico passa pela pesquisa nas fontes e em bibliografia especializada, que oferece subsídios para análises e interpretações mais globais a partir de uma cadeia de relações dos acontecimentos isolados. Este é o caminho para análise conjuntural e estrutural. Na primeira, o conhecimento histórico do Golpe de 64 e da ditadura posterior vai além do mosaico de informações sobre os fatos da época. É preciso analisar a conjuntura histórica nacional que, na época, desenhava a construção de uma democracia social no Brasil. Com grande apoio e participação popular, o governo de João Goulart propunha reformas de base na política, no acesso a terra, na educação e outras áreas, causando grande incômodo ao contexto político dominado por partidos conservadores. A análise conjuntural do Golpe exige ainda um olhar para o cenário internacional daquele momento histórico, marcado pela *Guerra Fria* entre os EUA e a URSS. Esta divisão maniqueísta do mundo foi o grande álibi para o imperialismo econômico e cultural das duas grandes potências centrais em relação aos países periféricos. Na América Latina, por exemplo, os EUA, em nome do combate ao comunismo, arvoraram-se no direito de intervir em políticas nacionais, sustentando golpes de Estado e apoiando a implantação de ditaduras em países que buscavam democraticamente soluções para superação das brutais desigualdades sociais.

Por sua vez, a análise estrutural tem como referência a longa duração da história, um tempo de séculos, com ritmo lento de mudanças, em que se formam as estruturas da vida material e cultural de um povo. Neste pris-

ma, o Golpe de 64 foi mais um dos fatos históricos decorrentes da estrutura social conservadora e autoritária das elites nacionais, que – desde o Brasil colonial – são os donos da terra, do trabalho e do poder político. Na longa duração, a história do Brasil apresenta poucas e curtas experiências de vida política democrática e mais raras ainda, de governos voltados realmente para a emancipação humana da população mais pobre e excluída. O que se vê, em seus 500 anos, é uma estrutura socioeconômica, no campo e na cidade, construída a partir dos interesses das elites, que sem pudor, escravizaram índios e negros, exploraram mão-de-obra dos imigrantes e, hoje, dos nordestinos. E sempre que não foi possível abafar a ferro e fogo os movimentos sociais – como na Guerra dos Canudos ou no Golpe de 64 – as elites souberam realizar acordos de cúpula, mantendo-se no poder, mesmo com nova roupagem – como na Proclamação da República ou na abertura lenta, gradual e segura pós-ditadura, na década de 1980. Todavia, o que predomina na história do Brasil é o perfil estrutural de uma sociedade, marcada pelas desigualdades sociais e pelo autoritarismo virulento. A ditadura civil-militar, sob as lentes da longa duração, não foi um regime de exceção, mas de regra.

Com as análises conjuntural e estrutural, o conhecimento da verdade histórica do Golpe proporciona-nos uma compreensão mais ampla e profunda não apenas do referido período histórico, mas também da sociedade brasileira atual. E essa é condição para a construção de qualquer processo de superação de seus problemas estruturais.

Os direitos humanos. Pensar a dignidade humana na sociedade brasileira é repensar o sentido de cidadania, hoje. Construir uma *cidadania ativa* e vivenciá-la a cada dia passa primeiramente pela desconstrução do pálido conceito de cidadania, ainda bastante difundido na mídia e na educação. Para essa cidadania formal, ser cidadão é possuir legalmente direitos individuais e deveres sociais já estabelecidos. A posse de direitos legais e o cumprimento dos deveres sociais, somados ao caráter moral e ético do indivíduo constituem o tripé da cidadania passiva, uma vez que essa nos tira a dimensão de sujeito das transformações sociais. Tal conceito de cidadania, na realidade, está muito mais relacionado à possibilidade de acesso ao consumo de bens supérfluos, do que propriamente àqueles bens sociais coletivos que tornam digna a vida humana como: educação, saúde, trabalho, moradia, transporte, cultura, lazer etc. Esses são conquistas de uma *cidadania ativa*.

Como o próprio nome expressa, a cidadania ativa trata-se de uma ação coletiva da população organizada para concretamente conquistar, proteger e ampliar direitos individuais e coletivos fundamentais. É a chamada luta pelos *direitos humanos*.

Em síntese. Com o resgate da memória das vivências passadas e da compreensão crítica dos seus processos históricos, podemos, por meio da cidadania ativa, caminhar em direção a uma democracia social e participativa, capaz de transformar as estruturas sociais brasileiras geradoras da miséria, da pobreza e de outras formas de desigualdades e exclusão social.

* * *

Das pesquisas, reflexões e debates da jornada de eventos na Unesp, em abril de 2014, produziram-se vários livros sobre a temática. É uma contribuição ao esforço nacional – do governo federal, comissões da verdade e de vários setores da sociedade – em resgatar as memórias e revelar a verdade deste período sombrio de nossa história. Somente assim podemos perceber o triste legado social da ditadura na sociedade brasileira atual, marcada por uma cultura de violação dos direitos humanos individuais e sociais. Apesar dos avanços sociais nos governos pós-ditadura, o Estado brasileiro continua, em grande parte, sob a tutela das elites conservadoras. Então, convivemos ainda com as torturas, justiçamentos, ditadura midiática, criminalização dos movimentos sociais e exclusão de grande parte da população aos direitos de justiça, salário digno, moradia, alimentação, saúde, educação gratuita, lazer... São os traços das desigualdades e do autoritarismo de nosso país.

Golpe militar – 50 anos: memória, história e direitos humanos foi o título de um dos eventos ocorridos no campus da Unesp de Marília-SP, a partir do qual se produziu a presente coletânea de textos: *Ecos da ditadura na sociedade brasileira (1964-2014)*.

Que a produção acadêmica, amplie a reflexão e transforme-a em cidadania ativa.

À leitura. À reflexão. À ação.

Bauru, 18 de outubro de 2014.